

Processos de Musealização e a relação entre Turismo e Comunidades Locais na Pós-modernidade¹

Andréa Dias Vial

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo

Manuelina Maria Duarte Cândido

Universidade Federal de Goiás (GO)/ Université Sorbonne Nouvelle – Paris III (França)

Resumo:

O texto discute a relação entre turismo e comunidades locais no contexto da pós-modernidade e em situações de patrimonialização ou musealização. Situações nas quais as questões de identidades, direitos, autenticidade são explicitadas pela experiência da alteridade, pelas oportunidades e problemas que o turismo proporciona. Sem pretender ignorar os problemas comumente associados ao turismo, o texto busca apontar para os desafios e o potencial positivo dessa relação para os museus. Aproximando a discussão do campo da Museologia, trazemos o debate acerca da ideia de processo de musealização como museu ou como passo para se chegar ao museu.

Palavras-chave:

Processos de musealização, turismo, comunidades

Um dos aspectos do tema patrimônio e turismo é sua relação com os museus, instituições destinadas à preservação do patrimônio e cujo planejamento e direção trabalham, em diferentes instâncias, com o turismo. Este por sua vez é responsável, em diferentes níveis, dependendo da cada instituição, pela orientação das ações museológicas, bem como por parte de sua sustentabilidade. Assumindo o papel de importantes equipamentos da indústria cultural, os museus despontam como opções culturais apresentadas ao grande público, oferecendo além da sua programação, espaços para entretenimento, lazer e consumo, com seus restaurantes, cafés, lojas e produtos vinculados ao patrimônio.

Há uma antiga discussão sobre a fragilidade do equilíbrio entre a preservação e a mercantilização do patrimônio. Segundo afirma Robinson (Smith &

¹ Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

Robinson, 2005) é difícil imaginar o turismo sem o patrimônio, utilizado pela indústria do turismo cultural como uma vitrine na qual o passado é continuamente restaurado, reconstruído, embalado, interpretado e exposto visando ampliar a crescente oferta de “produtos culturais” para turistas, moldando e embalando o patrimônio, deixando-o cada vez mais acessível, popular, interessante, agradável e educativo. Os autores destacam dois caminhos distintos na relação patrimônio e turismo, um pelo qual essa relação reforça o significado do passado e outro na qual a ligação com o passado é desafiada ao ser levada ao limite de seus recursos, habilidades e possibilidades, correndo o risco da ruptura e da farsa histórica.

O aumento da demanda pelo turismo baseado no patrimônio já vem sendo discutido por diversos autores, como Lowenthal (1979) que afirma que o sentimento nostálgico em relação ao passado se expressa contemporaneamente por meio da busca por tradições autênticas e questões de identidade, assim como pelo aumento do interesse por expressões culturais de base comunitárias e legados familiares. Stuart Hannabus (1999) afirma que na pós-modernidade os visitantes consomem patrimônio em busca de coerência frente à intensa fragmentação da vida, da mesma forma que Huyssen (2000) afirma que vivenciamos um ‘boom da memória’ em escala global. Isto também ocorre porque, se com a globalização a cultura rompe seus constrangimentos espaciais e se desterritorializa (Anico e Peralta, 2004, p. 03), o passado é que passa a ser o território de estranhamento, o país estrangeiro.

Há que se notar, porém, um movimento simultâneo de particularização (de gostos, práticas e interesses) e de universalização, conforme identificou Miller, como processos interligados, e que fazem das instituições tanto mais universais quanto mais centradas em uma particularidade de interesse. Segundo o autor, “A vantagem do compromisso simultâneo com esses dois extremos, particularidade e generalidade, é que a antropologia pode dar sua contribuição mais importante para a compreensão da humanidade ao recolocá-los em conexão, sem perder o compromisso com cada um deles.” (Miller, 2013, p. 14)

O fenômeno da mercantilização do patrimônio apresenta o turismo como algo negativo e, dessa forma, contribui mais para o desgaste do patrimônio, do que para a sua preservação. Hannabus (1999) afirma ainda que, se por um lado o turismo mercantiliza a relação com o patrimônio, valorizando seu uso em detrimento de sua preservação, por outro ele, em vários casos, é a principal viabilidade econômica para a implantação de ações de preservação. Isto ocorre especialmente em locais onde outras

atividades econômicas ainda mais predadoras poderiam vir a ser implantadas, caso não houvesse a possibilidade da exploração turística do patrimônio.

A discussão sobre o consumo e a mercantilização do patrimônio por meio da indústria do turismo levanta outras questões, especialmente, o debate acerca da autenticidade tanto dos objetos produzidos para venda, quanto da própria natureza da experiência vivida pela turista. Segundo MacLoan (2005) a autenticidade dos produtos consumidos pode ser o motivo principal da experiência turística, bem como ser totalmente irrelevante para ele, já que é da natureza do turismo a oferta e o consumo de produtos customizados para o público interessado e seria dessa forma, romântico imaginar que o turista estaria em busca de autenticidade.

Qual o impacto provocado pela presença dos turistas, para os grupos sociais receptores, especialmente no que tange à natureza da relação anfitrião/visitante e os produtos culturais oferecidos? O aumento da mercantilização dessa relação parece indicar para o distanciamento entre objetos e experiências genuínas e reais, daquelas oferecidas ao turista. Destacamos aqui o trabalho de Grünewald (2005) a respeito da produção de artesanato Pataxó, no qual discute patrimônio, autenticidade e comércio, demonstrando como essa relação é mais complexa do que uma análise binária poderia levar a crer e pode sim ser um importante veículo de reforço para a reflexão sobre tradições e identidades. De acordo com Alfonso, a ideia de que o turismo gera uma “perda de autenticidade e significação cultural” é equivalente à tentativa de “alguns antropólogos paternalistas” de proteger “sua gente do presente” (Salazar, apud Alfonso, 2012, p. 53-54).

A característica da pós-modernidade é a intensificação dos processos e experiências surgidas ao longo dos séculos dezoito e dezenove, com a industrialização, intensificação do comércio e da circulação global, ampliação do transporte e da comunicação de massas. Novas tecnologias promovem a cultura da produção em série de réplicas e da simulação de experiências, que podem inclusive ser o objetivo final do turista pós-moderno. Ofertas turísticas podem, inclusive, desterritorializar determinadas experiências, criando espaços e experiências artificiais, desconectados com as populações locais e culturas representadas. Em um mundo como esse, as fronteiras entre real e artificial, ficam diluídas e todos os espaços são ao mesmo tempo autênticos e inautênticos.

Essa realidade torna o papel dos museus ainda mais relevante se considerarmos que as exposições são espaços de representação no qual um discurso é

construído, a partir de seleções, recortes e opções feitas pelos curadores e comunicados por meio dos objetos expostos, das informações dadas a partir deles e dos recursos empregados nessa expografia, respeitados os limites impostos pelo trabalho e conhecimento científico.

Os museus se utilizam de técnicas discursivas, mediadas pela cultura material e pela língua, que tem o duplo efeito de tornar coisas visíveis ou invisíveis, citando Zarka Vujic “Os museus têm o poder de decidir o que lembrar e o que esquecer” (Vujic apud Franco, 2009, p. 38).

Se entendermos os museus não somente em sua acepção mais tradicional, institucional, mas como processos de musealização, vamos pôr lume em outras questões: sua atuação nas definições sobre identidade e alteridade. Os museus vão muito além dos espaços expositivos como veículo de comunicação produzido pelas sociedades que o sustentam. Refletem as relações sociais e de poder intrínsecas a elas e têm, portanto, importante papel na mediação entre a visão distanciada e a experiência real, entre o global e o local, entre os grupos sociais representados e os visitantes, com grande potencialidade para atuar como veículo de comunicação intercultural. Seu poder consiste, particularmente, em problematizar e expor questões e relações cotidianas entre pessoas, lugares, histórias e objetos, em um contexto espacial específico.

É característico da pós-modernidade entender a ambivalência e o pluralismo como algo natural e inevitável. O turismo pode ser visto, e com muita pertinência o é, como um fruto indesejado das realidades socioeconômicas contemporâneas. Mas se olharmos para o turismo como uma experiência banal da pós-modernidade, que mexe com as rotinas do dia a dia, entendido como um conjunto de interações participativas, cujo foco está na potencialidade da miríade de relações interpessoais e não na busca exótica pelo outro, podemos entendê-lo como uma atividade repleta de experiências significativas reais e de troca entre diferentes atores sociais (Jack & Phipps, 2004). Essas experiências têm seu foco não na autenticidade, mas no contato, nas relações interpessoais estabelecidas e no convívio, ainda que efêmero. Da mesma forma que o turismo não é um só, o que ele pode proporcionar também consiste em um leque amplo, que vai do descompromissado à experiência significativa. Autores como Larrosa trabalham com esta diferenciação entre momento/informação e experiência. Turismo e museus inevitavelmente fazem escolhas que levam seu trabalho mais para um lado ou para o outro e podem contribuir ou não para o contato entre alteridades e o empoderamento de comunidades locais (Alfonso, 2013, p. 61).

Discutido como cultura, patrimônio e comunidades locais se relacionam na pós-modernidade, cabe-nos agora apresentar alguns conceitos presentes no texto e que tratam da relação entre patrimônio e museus.

Um deles é a relação entre institucionalidade e prática. Ao tratarmos dessa forma expandida de falar museu, há que se pensar em outro aspecto da interação entre comunidade e patrimônio que é a discussão acerca da forma como se reconhece a instituição museu. Se o reconhecimento se dá por meio da sua institucionalidade, isto é, sua categoria jurídico-formal, ou se são a organização e práticas, participação e reconhecimento por parte de um segmento da comunidade que legitimam sua instituição e/ou manutenção, como destacou Neves (2011, p. 29) sobre o trabalho da museóloga Waldisa Rússio:

“Cabe sublinhar, entretanto, que quando se refere ao museu como um ‘cenário institucionalizado’ onde se realiza o fato museal, Waldisa [Rússio] pensa o conceito de institucionalização no âmbito da Sociologia, de forma muito mais ampla que aquele do senso comum, ou seja, ‘(...) com o significado de criado, querido ou reconhecido pela comunidade ou a sociedade’. E questiona se os museus são resultado da vontade social (ou mesmo de segmentos da comunidade), se estão envolvidos com as comunidades, e se são respeitados e queridos. Caso contrário, a ‘institucionalização’ é apenas nos termos do jurídico-formal” (Neves 2011, p. 29).

Outro conceito que pode ser adotado é o de processo de musealização, compreendido como uma forma expandida de falar museu:

“processo de musealização ocorre a partir de uma seleção e atribuição de sentidos feita dentro de um universo patrimonial amplo, resultando em um recorte formado por um conjunto de indicadores da memória ou referências patrimoniais tangíveis ou intangíveis, naturais ou artificiais, indistintamente. Feita a seleção, essas referências patrimoniais ingressam em uma cadeia operatória que corresponde ao universo de aplicação da Museologia – museografia. Preservação, portanto, é tomada como equivalente a processo de musealização, e é realizada pela aplicação de uma cadeia operatória formada por procedimentos técnico-científicos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais, em equilíbrio. A cadeia operatória representa tanto a responsabilidade pela herança constituída para o futuro, como a comunicação permanente e processual.” (Duarte Cândido, 2013, p. 154)

Em outras palavras, estamos fazendo museu muito mais vezes do que quando realizamos trabalhos técnicos em instituições. E cada vez mais há a consciência

de que as comunidades podem ser protagonistas destes processos, e estão sendo, quando assim o desejam, chamem suas iniciativas patrimoniais de museu ou não.

Já para a autora Vial as práticas museológicas, ou processos de musealização, que envolvem as operações de salvaguarda e comunicação do patrimônio, desenvolvidas em equilíbrio, congregam as diferentes etapas e trabalhos realizados e que são essenciais para que se articule o encadeamento de operações que resultarão na preservação do(s) patrimônio(s) envolvido(s). No entanto, a implantação de uma cadeia operatória como essa demanda a intensa participação e acordos entre os diferentes grupos de interesse envolvidos (comunidades, poder público, financiadores público e/ou privados, entre outros), e que a definição dessas práticas como já sendo um museu, não necessariamente contribui para a sua execução. Depende da atuação e construção conjunta desses atores, num contexto específico e que pode ou não, convergir para a criação de um museu institucionalizado, juridicamente ou de fato. Um museu é um processo consciente.

Resolvemos trazer neste texto as diferentes acepções de processo de musealização como uma contribuição para a construção de conceitos que ainda estão por se estabelecer e em que não necessariamente há consenso dentro do campo da Museologia.

O Brasil tem sido prodigioso nestes tipos de experiências, multiplicando-se os museus comunitários e pontos de memória, exemplos de museus cuja base é a relação entre o museu, o patrimônio e a comunidade. Os pontos de memória são reconhecidos e apoiados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e operam por meio de diferentes grupos sociais com ações de memória em comunidades populares em todas as regiões do país. Segundo o IBRAM, *“O programa Pontos de Memória tem por concepção, reconstruir e fortalecer a memória social e coletiva de comunidades a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores. Com metodologia participativa e dialógica, trabalha a memória de forma viva e dinâmica como ferramenta de transformação social”*. Ainda que não haja um modelo único e que cada uma dessas instituições conte com êxitos e fracassos em seu desenvolvimento, há demanda manifestada para a criação de museus focados na participação ativa dos grupos envolvidos, ou ainda de museus criados a partir da demanda desses grupos. Já se organizam por meio de articulações regionais, as redes estaduais de museus

comunitários², nacionais, como a Teias da Cultura e os Fóruns Nacionais de Museus e internacionais, como o Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, cuja sexta edição foi realizada em Belém em 2012, além dos demais fóruns de debate sobre direitos, identidades, patrimônio e museus.

O turismo, patrimônio e museus operam com relações complexas, com múltiplas interfaces. A organização, atuação, articulação e governança das ações devem ser decididas e compactuadas para que o planejamento, execução e administração das atividades estejam em sintonia e assim, sejam de fato sustentáveis. Discutindo a posição diferentes autores, Alfonso (2012) destaca que *“o planejamento turístico estratégico deve levar em consideração a preservação ambiental e sociocultural, tendo como fim a valorização dos bens patrimoniais, a realização do planejamento de forma participativa, a inclusão da comunidade no desenvolvimento do Turismo, a maximização dos impactos positivos e a diminuição dos impactos negativos da atividade turística”*.

As diferentes experiências vêm apresentando novos desafios e demandando soluções que contribuam para a efetivação de seu potencial de gerador de um desenvolvimento local com impactos positivos, um desenvolvimento qualificador e sustentável, para usar termos caros à Museologia que desejamos não banalizados, mas como patamares desejáveis para a atuação na área.

Referências bibliográficas

ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2012. (Tese de doutorado).

ANICO, Marta; Peralta, Elsa. As políticas culturais autárquicas num contexto de *glocalização: processos e dinâmicas do património em Ílhavo e em Loures*”. In **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. p. 18.

2 Como, por exemplo, a Rede Cearense de Museus Comunitários – RCMC, a Rede de Pontos de Memória e Museus Comunitários do Rio Grande do Norte e a Rede de Pontos de Memória e Iniciativas de Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul – REPIMRS, entre outras e de encontros nacionais organizados pelo IBRAM como o Encontro de Articulação das Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, realizado desde 2012.

- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2014.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. “Heritage and empowerment of local development players”. In: **Museum International**, 2014. (no prelo). Published by ICOM and Blackwell Publishing Ltd.
- FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Museu da Cidade de São Paulo**: um novo olhar da Sociomuseologia para uma megacidade. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009. (Tese de Doutorado em Museologia).
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Pataxó Tourism Art and Cultural Authenticity . In: **Tourism and Cultural Change 7**, Smith, Melanie k. e Robinson, Mike. Cultural Tourism in a Changing World: Politics, Participation and (Re)presentation. Clevedon: Channel View Publications, 2005.
- HANNABUS, Stuart. **Postmodernism and the Heritage Experience**. Library Management Volume 20, Number 5, 1999. p. 295-302.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JACK, Gavin & PHIPPS, Alison M. Tourism and Intercultural Exchange: Why Tourism Matters. In: **Tourism and Cultural Change 4**, Robinson, M. Why Tourism Matters. Clevedon: Channel View Publications, 2004.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: Secretaria Municipal de Educação de Campinas, **I Seminário Internacional de Educação de Campinas**. Disponível *online* em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf , acesso em 13/04/2011.
- LEASK, Anna e Alan FYALL. **Managing World Heritage Sites**. Oxford: Elsevier, Ltd, 2006.
- LOWENTHAL, David. **Past Time, Present Place: Landscape and Memory**. Geographical Review, Vol. 65, No. 1 (Jan., 1975), pp. 1-36.
- MACLEOD, Nikki. Cultural Tourism: Aspects of Authenticity and Commodification . In: **Tourism and Cultural Change 7**, SMITH, Melanie K. and ROBINSON, Mike. Cultural Tourism in a Changing World: Politics, Participation and (Re)presentation. Clevedon: Channel View Publications, 2005.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NEVES, Kátia Regina Felipini. **A potencialidade dos lugares da memória sob uma perspectiva museológica processual**: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo. Lisboa: Universidade lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011 (dissertação de mestrado em Museologia).

SMITH, Melanie K. e ROBINSON, Mike. **Tourism and Cultural Change 7. Cultural Tourism in a Changing World: Politics, Participation and (Re)presentation**. Clevedon: Channel View Publications, 2005.